

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 19

BOL - ECONOMIA
ANFIP

Orçamento de 2025 ameaça isenção de IR a quem recebe até 2 salários mínimos 3

CORREIO DA MANHÃ ONLINE - RIO DE JANEIRO - RJ - OPINIÃO
ANFIP

Trabalhadores são surpreendidos com mudanças no saque-aniversário do FGTS 4

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

MEIs ganham novas regras para emissão de nota fiscal 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Regras vão disciplinar setor de bets, afirmam analistas e empresários 7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

PIB avança 1,4% 9

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

PIB cresce 1,4% no 2º trimestre e fica acima do esperado 11

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS impõe limite para renovar auxílio 13

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO
SEGURIDADE SOCIAL

Confira o calendário completo de pagamento do INSS para setembro de 2024 - FALANDO DE APOSENTADOS 15

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Mercado de trabalho impulsiona crescimento do PIB, diz Fiesp 16

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Quando vou me aposentar? Saiba como calcular valor do benefício e tempo de contribuição 17

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator do Orçamento defende corte de gastos para zerar déficit fiscal 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Custo Brasil volta a subir, mostra estudo 20

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Relator do Orçamento pretende discutir corte de despesas 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mercado já vê PIB de até 3% no ano e maior pressão sobre taxa de juros 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Com taxa forte, País pode enfrentar desafio fiscal 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Fazenda projeta PIB mais próximo de 2,9% no ano 24

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Impacto da tragédia no Sul foi menor do que o previsto 25

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Analistas já projetam alta de 3% do PIB este ano 26

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Brasil fica na vice-liderança em ranking com 53 países 28

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

PIB acima do previsto leva a onda de revisões para cima 29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Ministros projetam crescimento maior 31

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

PIB per capita deve superar pico de 2 013 32

A GAZETA - MACAPÁ - AP - ECONOMIA
ECONOMIA

Economia brasileira cresce 1,4% no 2º trimestre de 2024, diz IBGE 33

A GAZETA - MT - OPINIÃO
ECONOMIA

Custo Brasil: infraestrutura 35

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
ECONOMIA

Brasil tem 2a melhora econômica 36

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
ECONOMIA

Resultado é positivo, mas ainda 'há desafios' 38

Orçamento de 2025 ameaça isenção de IR a quem recebe até 2 salários mínimos

O PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) apresentado pela equipe econômica ao Congresso Nacional não prevê a atualização da tabela de Imposto de Renda para 2025. A decisão afeta a isenção do tributo para os trabalhadores que recebem até dois salários mínimos, o equivalente a R\$ 2.824 para o ano-exercício atual.

O que aconteceu

Governo não prevê correção da tabela de Imposto de Renda para 2025. Após alterar as alíquotas pela primeira vez desde 2015, a equipe econômica optou por manter as regras de tributação para pessoas físicas inalteradas para o ano que vem.

Decisão ameaça isenção para quem recebe até dois salários mínimos. Durante entrevista coletiva na segunda-feira (2), o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, declarou que a manutenção da alíquota zero só será possível com uma alternativa para compensar a perda de receita devido à isenção.

Robinson Barreirinhas, secretário da Receita

Governo pode renovar gatilho para dispensar cobrança tributária. O Planalto editou neste ano uma MP (Medida Provisória) para livrar quem recebe até dois salários mínimos do Imposto de Renda. A determinação aprovada pelo Congresso criou um desconto automático de R\$ 528 para os salários de até R\$ 2.640. O montante é referente a dois salários mínimos em 2022 (R\$ 1.320).

Reajuste do mínimo para R\$ 1.412 exige renovação do benefício. Sem a atualização, os profissionais com renda mensal entre 2.640 e R\$ 2.824 ficam obrigados a declarar o Imposto de Renda no próximo ano. "O governo pode aumentar a isenção só para a primeira faixa, de até dois salários mínimos, e não corrigir as demais", explica Welinton Mota, diretor tributário da Confirp Contabilidade.

Welinton Mota, diretor tributário da Confirp Contabilidade

Promessa de campanha

Lula promete isenção para quem recebe até R\$ 5.000 até 2026. Durante a campanha eleitoral de 2022, o

presidente destacou a proposta em diversas ocasiões. Após a posse, ele manteve o compromisso, mas reconheceu que a execução será difícil.

Entidade avalia que Orçamento sinaliza para descumprimento. A Unafisco (**Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil**) estima que atual defasagem da tabela alcança 166%. Sem a atualização, o grupo avalia que o compromisso fica mais distante.

Unafisco, em nota

Ausência de correção eleva carga tributária dos trabalhadores. A alta dos preços estimada em 4% para este ano corrói a renda dos profissionais, o que amplifica o dano causado pela manutenção dos critérios do Imposto de Renda. "Resultará em um aumento efetivo da carga tributária sobre a classe média", destaca a Unafisco.

Welinton Mota, diretor tributário da Confirp Contabilidade

Confira a alíquota de IR para caixa faixa salarial atual

Até R\$ 2.112 - Isento

De R\$ 2.112,01 a R\$ 2.826,65 - 7,5%

De R\$ 2.826,66 a R\$ 3.751,05 - 15%

DE R\$ 3.751,06 a R\$ 4.664,68 - 22,5%

Acima de R\$ 4.664,68 - 27,5%

Site:

<https://www.bol.uol.com.br/noticias/2024/09/04/orcament-o-de-2025-ameaca-isencao-de-ir-a-quem-recebe-ate-2-salarios-minimos.htm>

Trabalhadores são surpreendidos com mudanças no saque-aniversário do FGTS

José Aparecido Miguel (*)

1-CIDADES. RANKING DE EFICIÊNCIA mostra cidades do Brasil que fazem mais gastando menos. Por Fernando Canzian e Renata Nunes. Ferramenta criada pela Folha em conjunto com o Datafolha neste ano eleitoral permite consultar quais prefeituras do Brasil entregam mais serviços básicos à população usando menor volume de recursos financeiros. O REM-F (Ranking de Eficiência dos Municípios - Folha) leva em conta o atendimento das prefeituras nas áreas de saúde, educação e saneamento, tendo como determinante no cálculo de eficiência da gestão a receita per capita de cada cidade. Quanto mais serviços prestados com menos receita, maior a eficiência. A ferramenta parte de uma escala de 0 a 1, em que o pior município atinge 0,220 e o melhor, 0,769. O trabalho revela que apenas 163 municípios (3% do total) podem ser considerados eficientes. Outros 3.591 (68%) apresentam alguma eficiência, enquanto 1.450 (27,5%) têm pouca eficiência; e outros 72 (1,3%) são ineficientes. Na média nacional, 71,2% das cidades são consideradas eficientes ou com alguma eficiência. O resultado do ranking não contrasta muito da avaliação que a população faz dos atuais prefeitos. Segundo pesquisa Datafolha, 46% dos brasileiros os consideram ótimos/bons; e 32%, regulares -somando 78% nestas categorias. (...) (Folha de S. Paulo)

2-AUXÍLIO-GÁS. Orçamento de 2025 já prevê impacto de projeto polêmico que amplia o Auxílio-Gás. Nº 2 da Fazenda diz que compromisso é corrigir erros do projeto. Por Adriana Fernandes e Nathalia Garcia. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, confirmou segunda-feira (2) que o governo vai propor ajustes no texto, elaborado pelo Ministério de Minas e Energia, mas reconheceu que o PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2025 conta com a redução de receitas e despesas com base no projeto. No PLOA, a verba para o Auxílio-Gás caiu de R\$ 3,5 bilhões para R\$ 600 milhões. O projeto original, assinado pelos ministros Alexandre Silveira (Minas e Energia) e Fernando Haddad (Fazenda), foi protocolado na terça-feira (27) após aprovação no CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), com a presença de Lula. A intenção de Silveira é quadruplicar o Auxílio-Gás, que hoje conta com R\$ 3,4 bilhões no Orçamento. A promessa do ministro é chegar a um valor de R\$ 13,6 bilhões quando a

ampliação estiver plenamente implementada em 2026, ano eleitoral. (...) (Folha de S. Paulo)

3-MUDANÇA NO SAQUE-ANIVERSÁRIO SURPREENDE. Trabalhadores são surpreendidos com mudanças no **saque-aniversário** do **FGTS** (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Por Patrick. Até agora, os trabalhadores que escolhem o **saque-aniversário** perdem o direito de sacar o valor total do **FGTS** em caso de demissão sem justa causa, exceto pela multa rescisória. Quais são as mudanças no **Saque-Aniversário** do **FGTS** em 2024? O Ministério do Trabalho está revisando as regras do **saque-aniversário** do **FGTS** para torná-las mais benéficas para os trabalhadores. Como as novas regras do **Saque-Aniversário** do **FGTS** beneficiam os trabalhadores? Segundo o Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, as propostas dessas mudanças devem ser apresentadas até março de 2024. Acesso ao saldo total do **FGTS**: Em caso de demissão sem justa causa, os trabalhadores terão acesso imediato a todo o saldo do **FGTS**, além da multa rescisória, proporcionando maior segurança financeira. Planejamento financeiro melhorado: com a flexibilidade aumentada, os trabalhadores poderão organizar suas finanças pessoais de maneira mais eficiente ao longo do ano. Equidade entre modalidades de saque: as novas regras visam igualar os direitos entre as diferentes opções de saque do **FGTS**, como o **saque-aniversário** e o saque por demissão, criando um sistema mais justo. Qual é o calendário do **Saque-Aniversário** do **FGTS** para 2024? Para não perder as datas de saque, confira o calendário atualizado do **saque-aniversário** do **FGTS** para 2024: Janeiro: Saque de 1/1/2024 a 31/3/2024. Fevereiro: Saque de 1/2/2024 a 30/4/2024. Março: Saque de 1/3/2024 a 31/5/2024. Abril: Saque de 1/4/2024 a 30/6/2024. Maio: Saque de 1/5/2024 a 31/7/2024. Junho: Saque de 1/6/2024 a 31/8/2024. Julho: Saque de 1/7/2024 a 30/9/2024. Agosto: Saque de 1/8/2024 a 31/10/2024. Setembro: Saque de 1/9/2024 a 30/11/2024. Outubro: Saque de 1/10/2024 a 31/12/2024. Novembro: Saque de 1/11/2024 a 31/1/2025. Dezembro: Saque de 1/12/2024 a 28/2/2025. (...) (Monitor do Mercado) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) é um fundo criado com o objetivo de proteger o trabalhador que for demitido sem justa causa. (...) (Wikipédia)

4-IMPOSTO DE RENDA. Orçamento de 2025: sem correção da tabela do IR, isenção pode deixar de

abranger dois salários mínimos. Em 2022, o então candidato Lula prometeu isentar do Imposto de Renda aqueles que ganham até R\$ 5 mil por mês. Neste ano, isenção alcançou rendimentos mensais de até R\$ 2.824. Por Alexandre Martello, Lais Carregosa, Thiago Resende, g1 e TV Globo. Cálculos da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco)** apontam que a defasagem, até junho deste ano, para quem ganha até dois salários mínimos é de 124,18%. E que, para as demais faixas, o valor é maior: de 166,01%. (...) (g1)

(*) José Aparecido Miguel, jornalista, diretor da Mais Comunicação-SP,

trabalhou em todos os grandes jornais brasileiro - e em todas as mídias.

E-mail:

Site:

<https://www.correiodamanha.com.br/opiniao/2024/09/153-877-trabalhadores-sao-surpreendidos-com-mudancas-no-saque-aniversario-do-fgts.html>

MEIs ganham novas regras para emissão de nota fiscal

Caroline Nunes caroline.nunes@oglobo.com.br

Entraram em vigor nesta semana as novas exigências para a emissão de notas fiscais por microempreendedores individuais (MEIs). Agora, é preciso não apenas emitir a nota fiscal eletrônica (NF-e) em todas as transações, como também inserir o Código de Regime Tributário (CRT 4) tanto na NF-e quanto na Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e).

A inclusão do código é importante para "evitar autuações fiscais indevidas", afirma o advogado tributarista Eduardo Bitello: -O CRT 4 é essencial para que a **Receita Federal** reconheça que o emissor da nota é um microempreendedor individual, o que assegura o tratamento fiscal diferenciado destinado a essa categoria. A inclusão desse código é crucial para evitar autuações fiscais indevidas - orienta.

Outra mudança foi a atualização na tabela do Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP) - utilizado para descrever a natureza da operação registrada. Ele agora inclui novos códigos que podem ser utilizados pelos MEIs. A atualização é para dar clareza e especificidade às operações realizadas pelos microempreendedores.

- Selecionar o CFOP adequado é essencial para que a operação seja classificada corretamente perante o Fisco. Com os novos códigos disponíveis, os MEIs terão mais opções para especificar suas operações, o que facilita a fiscalização e garante que as informações estejam precisas e alinhadas com a realidade do negócio - explica Bitello.

Com as mudanças, os MEIs precisam garantir que suas notas fiscais estejam em conformidade com as regras. A recomendação é se informar e buscar orientação profissional para evitar problema com a **Receita Federal**.

Para ser MEI, o empreendedor não pode ser titular ou sócio de outra empresa. O limite de faturamento anual é de R\$ 81 mil, ou seja, de R\$ 6.750 por mês.

ATENÇÃO Notas fiscais eletrônicas passam a ser exigidas em todas as transações

AO EMITIR AS NOTAS:

PREENCHA TUDO Na emissão de NF-e ou NFC-e, não podem faltar:

DADOS DO EMITENTE Nome completo ou razão social do MEI, CNPJ, endereço e, agora, o CRT 4.

DADOS DO DESTINATÁRIO Nome completo ou razão social do cliente. CPF ou CNPJ e endereço completo.

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO Detalhamento dos itens vendidos ou serviços prestados, incluindo quantidade, unidade, valor unitário e total.

IMPOSTOS Discriminação dos **tributos** incidentes, quando aplicável.

CFOP O código que identifica a natureza da operação, atualizado com a nova tabela.

VALOR TOTAL DA NOTA Somatório de todos os valores envolvidos na transação.

CHAVE DE ACESSO Código único da nota, gerado automaticamente.

DATA DE EMISSÃO O dia da operação.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Regras vão disciplinar setor de bets, afirmam analistas e empresários

LUCAS AGRELA

A regulamentação das apostas esportivas e jogos online no País, que começou neste ano e terá nova fase em 2025, deve dar maior disciplina ao setor e já reduziu o número de empresas de milhares para pouco mais de uma centena, segundo especialistas e empresários do setor.

Pelas regras, as companhias precisam pagar **impostos**, ter normas rígidas para premiar apostadores e garantir proteção contra o uso dos recursos arrecadados em ações de lavagem de dinheiro e terrorismo.

O mercado de apostas online no País foi autorizado em dezembro de 2018, último mês do governo Michel **Temer**. Na ocasião, a previsão era de que a regulamentação fosse feita em até dois anos, prazo prorrogável por mais dois anos.

No governo Bolsonaro, não houve avanços e o assunto só voltou a ser debatido em 2023, já na gestão Lula, quando uma lei com as regras foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente. Com a tributação do setor, a estimativa do governo é arrecadar R\$ 12 bilhões neste ano.

Na Lei 14.790, de 29 de dezembro de 2023, o governo estabeleceu **impostos**, uma taxa de 12% sobre o faturamento das bets e detalhou o destino dos recursos que vão ser arrecadados.

A norma também previu prazo de 120 minutos para que os ganhadores recebam o prêmio ganho.

As empresas, em sua maioria estrangeiras, passaram a ser obrigadas a ter um sócio brasileiro com 20% do capital do negócio. Propagandas que prometiam ganhos fáceis ou eram direcionadas a menores de 18 anos foram proibidas.

Para o próximo ano, a empresa interessada terá de desembolsar R\$ 30 milhões para obter a autorização para operar com três nomes diferentes por cinco anos. As companhias terão ainda de apresentar uma garantia bancária de R\$ 5 milhões.

As que operarem sem a outorga estarão sujeitas a uma multa de até R\$ 2 bilhões.

"Antes, as empresas podiam explorar o mercado, mas não podiam estar no País. Todas as empresas tinham licenças do exterior. O dinheiro passava pelo Brasil, mas ficava. Além disso, o consumidor não tinha a mesma proteção que tem de uma empresa nacional", afirma o advogado especialista no segmento de apostas Leandro Pamplona, sócio-fundador do Bonetti, Krugen Pamplona Advogados Associados.

Segundo estudo da consultoria PwC, a cada aposta a "casa" fica com uma taxa estimada em 12% do valor apostado. Parte é usada para manter a operação, e o restante é lucro. Segundo estimativa da consultoria, o mercado de bets movimentou no ano passado R\$ 100 bilhões.

Para Magnho José, presidente do Instituto Jogo Legal, o mercado de apostas vai mudar muito no País a partir de 1.º de janeiro de 2025. "O que acontece hoje é pela falta de regulação. A multa de R\$ 2 bilhões prejudica a margem de qualquer empresa", afirma.

O instituto estima que mais de 90% das apostas sejam feitas via Pix ou depósito bancário, enquanto uma portaria da Secretaria de Prêmios e Apostas veta o uso de cartões de crédito para evitar o endividamento.

AVALIAÇÃO. Empresas do segmento de apostas veem a legislação aprovada no ano passado como positiva.

"As regras trarão ordem para o mercado que cresce a cada dia, mas de forma desenfreada.

E, claro, quem mais sofre com isso é o próprio apostador", diz em nota a empresa de apostas NossaBet, que atua no Paraná.

Ueltom Lima Gomes, CEO da H2, empresa que nasceu no mercado de pôquer e detém o H2Bet, afirma que, apesar de o País ter demorado muito para regulamentar as apostas e os jogos online, o mercado oferece muitas oportunidades. "Tributação dói para o empresário, mas é vital para as regras. Ela faz o filtro de quem quer trabalhar sério." O CEO da Sorte Online, Marcio Borges Malta, afirma que a empresa já atua no Brasil há 21 anos, fazendo intermediação de apostas na loteria, e passou a atuar no segmento de apostas esportivas e jogos online.

O negócio, diz ele, tem potencial para ser o principal da empresa, suplantando o de loterias.

"O consumidor é inteligente.

Não estaria apostando tanto se não houvesse uma qualidade de entretenimento." Segundo o professor da Escola de Matemática Aplicada da FGV Moacyr Alvim, as apostas esportivas têm um fator de imprevisibilidade inerente a competições, como jogos de futebol, tornando desconhecido o modelo de probabilidade de cada partida. "A real probabilidade de um time vencer ninguém sabe ao certo. Numa roleta, sabe-se exatamente a probabilidade de vencer. Se for vermelho e preto, a probabilidade é de quase 50% de vermelho, um pouco menos por ter o zero", afirma.

Impostos Governo estima arrecadar R\$ 12 bilhões com o setor de apostas online neste ano

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

PIB avança 1,4%

VINÍCIUS NEDER E MAYRA CASTRO
economia@oglobo.com.br

A economia brasileira acelerou no segundo trimestre. O Produto Interno Bruto (**PIB**, o valor de tudo o que é produzido na economia) avançou 1,4% sobre o primeiro trimestre, a maior alta desde o fim de 2020, fase inicial da retomada após o baque causado pela eclosão da pandemia de Covid-19.

O ritmo ficou acima da alta de 1% dos três primeiros meses do ano, revisada para cima - de 0,8%, inicialmente - pelo IBGE, que divulgou os dados ontem. E veio acima do consenso das projeções de mercado, de alta de 0,9%. Isso deflagrou uma série de revisões para cima nas estimativas. Economistas já falam em crescimento anual próximo de 3%, repetindo o ritmo verificado desde 2022.

Pela ótica da demanda, o avanço de 1,3% no consumo das famílias e a expansão de 2,1% na formação bruta de capital fixo (FBCF, a conta dos investimentos no **PIB**) puxaram o crescimento. Pelo lado da oferta, as altas de 1% dos serviços e de 1,8% da indústria foram os destaques - a queda de 2,3% da agropecuária já era esperada, por causa de problemas climáticos.

IMPULSO FISCAL

A demanda dos consumidores vem surpreendendo desde o ano passado. Sua força, mantida no segundo trimestre, vem de uma combinação entre um mercado de trabalho que gera empregos, eleva salários e tem a taxa de desemprego nas mínimas históricas, e o que economistas chamam de "impulso fiscal", o aumento de gastos do governo, que injeta renda diretamente no orçamento das famílias.

O terceiro mandato de Lula começou, em 2023, mantendo o piso do benefício do Bolsa Família em R\$ 600 por mês - após aumento dado pelo governo Jair Bolsonaro na campanha eleitoral de 2022. Também retomou a política de reajustes reais do salário mínimo, que serve de piso para transferências do governo, como aposentadorias e pensões.

Com mais renda nas mãos, as famílias gastam mais. A cabeleireira especializada em tranças Mariana Bernardi-no, de 23 anos, viu o número de clientes praticamente dobrar a partir do segundo trimestre e, agora, já sobra dinheiro para gastos com os quais não podia arcar antes: -Ao longo dos meses, tive um

aumento entre R\$ 2 mil e R\$ 3 mil de faturamento no mês. Se antes eu tinha cerca de 25 clientes, agora já são mais de 40 - disse a trancista. - Claro que agora eu tenho que pagar dois aluguéis, o da minha casa e o do salão, mas estou vivendo melhor. Posso sair mais, curtir mais, coisas que antes ficavam difíceis para mim. Já posso até levar meus pais para jantar e pagar tudo.

O movimento teve apoio da expansão do crédito, que, segundo o IBGE, saltou 11% no segundo trimestre, frente a igual período de 2023. Ainda que a alta seja menor quando se desconta a **inflação**, é um impulso ao consumo, especialmente de bens duráveis. Mariana conta que, com a renda maior, comprou mobília nova para seu apartamento.

Além disso, no segundo trimestre, os juros ainda estavam em nível abaixo do verificado um ano antes. O Banco Central suspendeu o ciclo de queda na taxa básica Selic (hoje em 10,5% ao ano) em junho, mas, para os tomadores finais de empréstimos, o fim do alívio ainda não chegou. No segundo trimestre, as condições ainda estavam mais favoráveis do que antes.

- A necessidade básica vai para a alimentação. Depois, o consumidor diversifica mais. Mais crédito, com uma taxa de juros não tão alta, impulsiona o consumo de bens duráveis, o que está acontecendo um pouco neste ano - afirmou Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, lembrando que o bom momento do mercado de trabalho favorece a expansão de crédito. - As pessoas tomam crédito achando que vão pagar depois (porque estão empregadas).

CONSTRUÇÃO CIVIL CRESCE

Para a economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, os efeitos das medidas do governo parecem estar durando mais do que o imaginado por analistas, o que pode ter contribuído para as surpresas positivas em relação às projeções.

- Houve, sim, uma subestimação do "impulso fiscal" - afirmou Alessandra, lembrando que o aumento do piso dos benefícios do **INSS** ajuda, principalmente, a renda dos mais pobres.

A força da demanda doméstica, incluindo aí o avanço dos investimentos, puxou bons desempenhos de atividades de serviços e da indústria. A construção civil

creceu 3,5% ante o primeiro trimestre, enquanto os serviços financeiros avançaram 2%.

Para Juliana Trece, pesquisadora da Fundação Getulio Vargas (FGV), com o mercado de trabalho aquecido, a demanda pode até desacelerar, mas deverá seguir puxando uma série de atividades econômicas, como os serviços, a construção civil e a indústria de transformação.

Este último setor avançou 1,8% sobre o primeiro trimestre, após alta de 0,9% nos três primeiros meses do ano, em parte reagindo à demanda mais aquecida.

-A indústria vinha de desempenhos ruins ao longo do tempo, então esse crescimento forte é muito comentado -disse Juliana.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemorou o resultado do **PIB**, numa postagem na rede social Threads: "Crescimento que se soma ao aumento dos empregos, o consumo das famílias e melhor qualidade de vida. Sem bravatas e mentiras."

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PIB cresce 1,4% no 2º trimestre e fica acima do esperado

AGÊNCIA BRASIL

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou ontem que o Produto Interno Bruto (**PIB**), soma de toda a riqueza produzida no País, teve crescimento de 1,4% no segundo trimestre deste ano em comparação ao primeiro trimestre.

Na comparação com o segundo trimestre de 2023, o crescimento foi de 3,3%. O destaque da economia entre abril, maio e junho deste ano ficou com o desempenho da indústria, com alta de 1,8% no segundo trimestre em relação ao primeiro, seguida pelo setor de serviços, cujo crescimento foi de 1%.

A agropecuária recuou 2,3% na comparação entre o segundo e o primeiro trimestre de 2024 e 2,9% em relação ao mesmo período de 2023. Com o resultado de ontem, o **PIB** totaliza R\$ 2,9 trilhões neste ano, sendo R\$ 2,5 trilhões referentes ao Valor Adicionado a preços básicos e R\$ 387,6 bilhões aos **impostos** sobre produtos.

A taxa de investimento no segundo trimestre, indicador que sinaliza o bom desempenho da economia, foi equivalente a 16,8% do **PIB**, acima dos 16,4% verificados no segundo trimestre de 2023.

O desempenho da indústria foi atribuído aos setores de eletricidade e gás, água, esgoto, atividade de gestão de resíduos, com alta de 4,2%, seguida pela construção, 3,5%, e das indústrias de transformação, com alta de 1,8%. As indústrias extrativas recuaram 4,4% no segundo trimestre em relação ao primeiro.

Serviços

No setor de serviços, as atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados cresceram 2%; informática e comunicação 1,7%; comércio 1,4%, transporte, armazenagem e correio, 1,3%; administração, defesa, saúde e educação públicas e **seguridade social**, 1%; atividades imobiliárias, 0,9% e, por fim, demais atividades do comércio, 0,8%.

No setor externo, o IBGE apurou que as exportações de bens e serviços subiram 1,4% no segundo trimestre este ano em relação ao primeiro, ao passo que as importações de bens e serviços cresceram 7,6% em relação ao primeiro trimestre deste ano.

A comparação com o segundo trimestre de 2024 com o segundo trimestre de 2023 apontou que as iniciativas da Nova Indústria Brasil estão dando o resultado esperado pelo governo. A alta foi de 3,9%, com destaque para os setores eletricidade e gás, água, esgoto e atividades de gestão de resíduos, que cresceu nesse período 8,5%. Esse resultado foi decorrente do aumento do consumo de energia em todas as classes, principalmente a residencial.

A indústria da construção cresceu 4,4% por causa do aumento do consumo de insumos típicos - areia, cimento e ferro. As indústrias de transformação, por sua vez, estão recuperando a força e tiveram a segunda alta consecutiva, de 3,6%, após terem recuado em todos os trimestres de 2023. Esse resultado positivo foi atribuído às altas verificadas na indústria alimentícia; equipamentos de transporte, em máquinas e aparelhos elétricos e na indústria moveleira. As indústrias extrativas, na comparação do segundo trimestre deste ano com o mesmo período de 2023, cresceram 1%, com destaque para o aumento da extração de petróleo e gás.

No setor de serviços, entre o segundo trimestre deste ano com o segundo de 2023, o avanço foi de 3,5%, com resultados positivos em todos os setores: informação e comunicação, com alta de 6,1%;

outras atividades de serviços, 4,5%; atividades financeiras, seguros e serviços de relacionamento, 4%; comércio, 4%; atividades imobiliárias, 3,7%; administração, defesa, saúde, educação públicas e **seguridade social**, 1,9 e transporte, armazenagem e correio, 0,7%.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), indicador que é um antecedente para resultados futuros do **PIB**, cresceu 5,7% no segundo trimestre deste ano, e a alta é justificada pelo crescimento da produção doméstica e importação de bens de capital (máquinas e equipamentos para as linhas de produção), incluindo, também, os bons desempenhos verificados, seja na construção, seja no desenvolvimento de sistemas de informática.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_F85A858B33D6293716138EF955732BAE1E214B409D552D

9474508D9DC6192E5B90F6353E219E33DEE5CA545018E
B04E5A9CAFE9499F874193C06FEDDD9C119F994960C5
6C8555AF4B998FC138E24B78189B154AFABE0786C7278
114AB3A434D347A42EE665160203ABD6261ECF9605DB
6B0796873AB6957D1AE8D

INSS impõe limite para renovar auxílio

Gustavo Andrade

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) alterou a regra de prorrogação do benefício por incapacidade temporária - antigo auxílio-doença - nos casos em que o segurado doente não está recuperado para voltar ao trabalho e precisa seguir afastado, recebendo o benefício.

A mudança vai ao encontro dos planos da **Previdência Social** para conter os gastos com o benefício por incapacidade temporária, que já subiram 50% neste ano.

De acordo com reportagem da Folha de São Paulo, o governo federal estuda modificar o tempo de afastamento ou de reavaliação, conforme a doença ou a categoria do segurado.

Uma portaria publicada na última segunda-feira limita a quantidade de vezes em que é possível pedir a prorrogação do benefício, e determina um prazo para receber o auxílio após a data da primeira alta médica.

As novas regras estão ligadas ao tempo de espera na fila da perícia. Para casos nos quais há a possibilidade de agendar um exame em até 30 dias, o benefício vai durar até a data de cessação, quando deve ser feita nova perícia.

Nos casos em que a espera for maior do que 30 dias, o benefício será prorrogado por mais um mês, a contar da data de cessação. É possível pedir uma segunda prorrogação, limitando-as a até 60 dias. O auxílio-doença do **INSS** passa por pente-fino.

As regras para fazer o pedido de prorrogação seguem as mesmas. O segurado que não está recuperado para voltar ao trabalho deve fazer a solicitação para continuar recebendo o auxílio a partir de 15 dias antes da data da alta médica.

O **INSS** não informou o número total de beneficiários e disse, em nota, que "a mudança prática da Portaria Conjunta N° 49 é que, mesmo nas localidades onde o tempo de espera para a perícia médica for maior do que 30 dias e se o beneficiário já gozou de duas prorrogações automáticas sem perícia, ele terá que passar por exame médico pericial".

O instituto ressaltou na nota que o cidadão não será prejudicado pois, no caso de agendamento de perícia, o benefício é prorrogado, no mínimo, até a data da

realização da perícia.

O **INSS** esclareceu também que, ao término do prazo de recebimento do benefício, se o cidadão não estiver apto para retornar ao trabalho, ele poderá solicitar a prorrogação do benefício.

PRE010 DO INSS: regras para pedir a prorrogação seguem as mesmas

ENTENDA

Possível pedir uma segunda prorrogação

Mudança de regras

AS NOVAS REGRAS estão ligadas ao tempo de espera na fila da perícia. Para casos nos quais há a possibilidade de agendar um exame em até 30 dias, o benefício vai durar até a data de cessação, quando deve ser feita nova perícia.

NOS CASOS EM que a espera for maior do que 30 dias, o benefício será prorrogado por mais um mês, a contar da data de cessação. É possível pedir uma segunda prorrogação, limitando-as a até 60 dias.

A **ADVOGADA** Adriane Bramante, do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), afirma que a portaria altera regra anterior, na qual era possível conseguir a prorrogação automática do auxílio por meio do Attestmed, sistema no qual o cidadão doente deposita seu atestado médico e pode conseguir o afastamento sem ter de passar por perícia presencial.

PARA ADRIANE, as novas regras visam um meio-termo entre não deixar a fila de benefícios atingir os picos de anos anteriores, quando chegou a 1,7 milhão, e não aumentar os gastos da Previdência de forma significativa.

Fazer pedido

AS REGRAS para fazer o pedido de prorrogação seguem as mesmas. O segurado que não está recuperado para voltar ao trabalho deve fazer a solicitação para continuar recebendo o auxílio a partir de 15 dias antes da data da alta médica.

O **PEDIDO** é feito pelo Meu **INSS**, com CPF e senha, ou por telefone, na Cen -traí 135. É necessário marcar uma perícia para que o médico perito avalie a condição do beneficiário e indique se realmente é

necessário mais prazo para ele se recuperar ou não.

FILA para a perícia no **INSS**

Fonte: Governo federal e Folhapress.

Liberação de empréstimo consignado dobra em junho

A concessão do crédito consignado a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) registrou nova alta em julho. Segundo estatísticas monetárias e de crédito divulgadas pelo Banco Central, o saldo das concessões foi de R\$ 9,4 bilhões, alta de 96% em relação a julho do ano passado (R\$ 4,8 bilhões).

Comparando a soma dos primeiros sete meses deste ano (R\$ 64,2 bilhões) à do período anterior (R\$ 39,4 bilhões), o aumento do saldo do empréstimo consignado é de 60%. O mês de julho só ficou atrás do registrado em janeiro, de R\$ 11,1 bilhões. No acumulado dos últimos 12 meses, a alta é de 39,5%.

O consignado é oferecido a quem tem aposentadoria ou pensão creditada em conta-corrente. Pelo fato de o valor ser descontado diretamente na folha de pagamento, trata-se de uma opção de empréstimo fácil e com juro baixo.

Pelas regras atuais, o segurado do **INSS** pode comprometer até 45% do benefício com o empréstimo. Desse total, 35% são para empréstimo pessoal, 5% para cartão de crédito e 5% para cartão de benefício.

O limite para esse tipo de crédito está em 1,66% ao mês. Para as operações na modalidade de cartão de crédito e cartão consignado de benefício, o índice máximo está em 2,46%, ao mês.

Confira o calendário completo de pagamento do INSS para setembro de 2024 - FALANDO DE APOSENTADOS

JOÃO ADOLFO DE SOUZA

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) vão receber os pagamentos referentes a setembro a partir do dia 24. Os primeiros pagamentos são feitos aos beneficiários que têm número do benefício (NB) com final 1 e recebem até um salário mínimo. Os pagamentos para benefícios acima de um salário mínimo começarão no dia 1º de outubro para NB com finais a partir de 1 e 6. Confira as datas e detalhes sobre como consultar o número do benefício.

Aposentados e pensionistas do **INSS** começarão a receber os pagamentos de setembro a partir do dia 24.

Beneficiários com número do benefício (NB) final 1, que recebem até um salário mínimo, serão os primeiros a receber. O calendário completo é o seguinte:

Calendário de pagamentos do **INSS** para benefícios de até um salário mínimo:

Final 1: pagamento em 24/9

Final 2: pagamento em 25/9

Final 3: pagamento em 26/9

Final 4: pagamento em 27/9

Final 5: pagamento em 30/9

Final 6: pagamento em 01/10

Final 7: pagamento em 02/10

Final 8: pagamento em 03/10

Final 9: pagamento em 04/10

Final 0: pagamento em 07/10

Para benefícios acima de um salário mínimo, os pagamentos terão início no dia 1º de outubro para os aposentados e pensionistas com NB final a partir de 1

e 6.

Calendário de pagamentos do **INSS** para benefícios acima de um salário mínimo:

Final 1 e 6: pagamento em 01/10

Final 2 e 7: pagamento em 02/10

Final 3 e 8: pagamento em 03/10

Final 4 e 9: pagamento em 04/10

Final 5 e 0: pagamento em 07/10

Para consultar o final do número do benefício, o beneficiário pode verificar no cartão do benefício ou no aplicativo Meu **INSS**, disponível para download em celulares Android e iOS. No aplicativo, é necessário informar o CPF e a senha cadastrados na plataforma gov.br para acessar o menu de opções, onde se encontra o número do benefício. O dígito após o traço não deve ser considerado, ou seja, em um NB 123456789-0, o 9 é o dígito final.

Como especialista em finanças, acredito que garantir a divulgação e transparência dos calendários de pagamentos dos beneficiários do **INSS** é essencial.

Assim, todos podem se organizar e garantir o planejamento de suas finanças com antecedência e segurança.

Para saber mais informações sobre o **INSS**, economia e finanças, você pode me acompanhar no meu canal no YouTube João Financeira e no meu perfil no Instagram @joaofinanceiraoficial.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/12706/04-09-2024.html>

Mercado de trabalho impulsiona crescimento do PIB, diz Fiesp

O crescimento de 1,4% do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil no segundo trimestre é resultado da continuidade do forte dinamismo do mercado de trabalho, afirmou em nota a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

, diz a nota.

De acordo com a Fiesp, além do forte ritmo de crescimento dos rendimentos ligados ao trabalho, a renda das famílias também tem crescido devido às transferências governamentais via benefícios de assistência e **previdência social**; à elevação real do salário-mínimo e ao pagamento dos precatórios.

Cabe destacar que a renda no 2º trimestre também foi potencializada pela antecipação do pagamento do 13º salário para aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios previdenciários do **INSS**. Neste cenário, estimamos que a massa salarial ampliada tenha crescido cerca de 11% em termos reais no 2º trimestre de 2024 na comparação com o mesmo período do ano anterior .

Sobre o desempenho da indústria de transformação, a Fiesp entende que esse setor tem sido favorecido pelo bom desempenho da categoria de bens de capital e bens de consumo. A primeira categoria tem sido beneficiada pela melhora das condições de crédito e pela recuperação da confiança dos empresários.

No primeiro semestre do ano, o expressivo crescimento da produção de veículos pesados, como ônibus e caminhões, contribuiu para este desempenho. Já a categoria de bens de consumo tem sido impulsionada pela expansão da renda, com destaque para o crescimento da produção de máquinas, aparelhos e materiais elétricos da chamada linha branca .

Do ponto de vista estrutural, o setor continua enfrentando desafios, conforme a Fiesp. Apesar de o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) ter atingido patamar recorde, o indicador está sendo mensurado em um contexto de capacidade instalada deteriorada e reduzida.

Nesse cenário, a partir da agregação dos dados após 1996, a Fiesp identificou uma longa estagnação do estoque de capital desde 2015. Esse processo é

reflexo, dentre outros fatores, do ambiente econômico adverso, que tem impactado a capacidade de investimento da indústria de transformação.

Esperamos uma acomodação da atividade na segunda metade do ano, em função do menor impulso fiscal e da manutenção da política monetária restritiva. Diante das informações disponíveis até o momento e, sobretudo, devido às surpresas positivas da atividade no 1º semestre, revisamos a projeção de crescimento da economia brasileira de 2,2% para 2,7% em 2024. Já para o **PIB** do estado de São Paulo, revisamos a projeção de aumento de 2,4% para 2,5% neste ano , diz o **comunicado**.

Fonte: Agência Brasil

Site: <https://www.terra.com.br/economia/mercado-de-trabalho-impulsiona-crescimento-do-pib-diz-fiesp,7030260af0b7ab61f2e598b3544567f7b4pur4x3.html>

Quando vou me aposentar? Saiba como calcular valor do benefício e tempo de contribuição

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) disponibiliza para os contribuintes uma calculadora que permite simular quanto tempo falta para a aposentadoria. O serviço está disponível dentro do aplicativo Meu **INSS**, que simula o tempo restante de contribuição usando os dados que estão dentro da base de dados do insituto.

Receba as principais notícias direto no WhatsApp! Inscreva-se no canal do Terra

A ferramenta calcula o tempo de contribuição necessário para se aposentar e simular o valor do benefício futuro. Nesse último caso, o cálculo só é feito para segurados que estão a, no máximo, cinco anos de adquirir o benefício.

Confira o passo a passo para fazer a simulação

Celular

Computador

Como ocorre desde que a Reforma da Previdência foi aprovada, em 2019, as regras da aposentadoria dos trabalhadores mudam a cada virada de ano. Para quem começou a trabalhar depois de 2019 valem as regras atuais. Hoje para se aposentar, no caso das mulheres, é preciso ter idade mínima de 62 anos e, pelo menos, 15 anos de contribuição. Para os homens, a idade mínima é de 65 anos e, pelo menos, 20 anos de contribuição.

No entanto, para quem já estava no mercado de trabalho quando a reforma foi aprovada, há quatro anos, são até cinco regras de transição. A principal delas é o sistema de pontos. Funciona assim: cada ano de recolhimento ao **INSS** corresponde a um ponto, enquanto cada ano a mais de idade vale outro. Por meio deste sistema de transição, em 2024, são necessárias a realização de 91 pontos para as mulheres e 101 pontos para os homens.

Outra regra da transição é a idade para entrar com o pedido de aposentadoria, que aumentou seis meses em relação ao regime anterior. Isso significa que, para as mulheres, a idade mínima é de 58 anos e 6 meses,

enquanto para os homens é de 63 anos e 6 meses. Além disso, o tempo mínimo de contribuição passa a ser de 30 anos para mulheres e 35 anos para os homens.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/quando-vou-me-aposentar-saiba-como-calcular-valor-do-beneficio-e-tempo-de-contribuicao,a5261e38aca987ca4cec44343e324560kgk3n497.html>

Relator do Orçamento defende corte de gastos para zerar déficit fiscal

Caetano Tonet e Julia Lindner De Brasília

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025, o senador Ângelo Coronel (PSD-BA) afirmou ser contia projetos que envolvem o aumento de **impostos** enviados pelo governo na semana passada para fechar as contas no ano que vem. Em entrevista ao Valor, o parlamentar defendeu que o objetivo de zerar o déficit fiscal seja reforçado por medidas de corte de gastos, como a reforma administrativa.

Coronel se refere ao projeto que prevê o aumento da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto sobre a Renda (IR) retido na fonte incidente sobre os Juros sobre Capital Próprio (JCP).

A medida já foi alvo de críticas no Senado ao ser apresentada como forma de compensação da desoneração cia folha de pagamentos, instrumento de substituição tributária defendido por empresas e sindicatos para a manutenção de emprego. Os 17 setores intensivos em mão de obra que aderem ao sistema empregam, juntos, 9 milhões de trabalhadores.

Em outra frente, em meio ao impasse entre os três Poderes, o parlamentar antecipou possíveis mudanças no formato das emendas parlamentares. Coronel também criticou o que considera falta de diálogo do Ministério da Fazenda com o Senado.

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:

Valor: O governo projeta ampliar a arrecadação em R\$ 46,7 bilhões com o aumento do JCP e da CSLL. Acredita que esses projetos têm chance de avançar?

Ângelo Coronel: Eu não sou favorável ao aumento, tanto da JCP quanto da CSLL. Tiveram medidas tomadas pelo Congresso que, na minha ótica, e na de muitos aqui, já suprem a desoneração. Não vejo qual a razão para esse aumento de tributo tão elevado.

Valor: O governo diz que é para cobrir o impacto fiscal.

Coronel: Precisa primeiro que o governo comprove se houve realmente esse problema. Nós temos um ofício solicitando qual foi o efeito financeiro da desoneração dos municípios. Não sabemos até hoje quanto o

governo deixou de arrecadar. A meu ver, deve ter aumentado a arrecadação porque antes não havia o pagamento integral e agora os prefeitos estão pagando.

Valor: O Ploa prevê RS 39 bilhões para as emendas impositivas. Há um consenso sobre o formato desses recursos?

Coronel: Vai ter mudança na emenda de bancada. O governo quer que indique só 4 emendas [nessa categoria]. Isso é pouco. Estamos querendo de 10 a 15 emendas [por bancada]. É melhor para você atender a base porque nem todo lugar do Brasil tem a capacidade de absorver uma emenda de R\$ 100 milhões.

Valor: E como ficaria a divisão na bancada?

Coronel: Se forem 10 [emendas], por exemplo, ficaria 1/3 para o Senado e 2/3 para a Câmara, como é hoje em outras emendas.

Valor: Acredita que o acordo vai sair dentro do novo prazo do STF, que concedeu mais 10 dias?

Coronel: Eu acredito que esse acordo vai chegar às vésperas de se votar a LDO, a partir de novembro. É muito difícil pegar quase 600 parlamentares e chegar a um consenso célere.

Valor: O senhor vê espaço para o Congresso rever as vinculações dos pisos constitucionais com o salário mínimo através de uma PEC?

Coronel: Esse piso é difícil ser retirado. E o governo ainda conta com algo que ele diz que não é verdade, mas é verdade. Todas as emendas que os parlamentares colocam na área de saúde entram para o cálculo do piso. Nós estamos ajudando o governo.

Valor: Senadores têm reclamado que as emendas de bancada, pelo acordo dos três Poderes, serão exclusivas de projetos estruturantes.

Coronel: Estamos discutindo que 50% da emenda de bancada possa ir para infraestrutura, mas também para custeio. Hoje, por exemplo, a maioria das bancadas bota 100% para custeio. Agora vai ser 50% para cada. Isso é importante, porque 60% da saúde

quem faz são as Santas Casas e os hospitais filantrópicos.

Valor: Acha viável a possibilidade de manter o déficit zero previsto?

Coronel: Tem que rever as despesas. Para você atingir o déficit menor a cada período, você tem que cortar despesas. Não dá para ficar com despesas elevadas e crescentes. Senão você não consegue, por mais imposto que você queira cobrar... Para terminar você não chega no déficit do zero e o que acontece? Vamos tornar a cobrar mais imposto.

Valor: Mas, da forma que está o texto da LOA, não considera possível cumprir a meta de déficit zero?

Coronel: A meta é possível, o déficit zero ou perto de zero. Agora, não dá para fazer isso sacrificando quem gera emprego, que são os empresários, é quem gera o imposto.

Valor: O senhor tem alguma ideia de onde poderia vir o corte?

Coronel: No Brasil existe uma gama de servidores que estão prestes a se aposentar. Se você aposenta, tem que botar alguém no lugar. Na verdade, você aumenta o seu gasto, porque você está botando no lugar do aposentado um novo. O aposentado vai para a Previdência e vai continuar recebendo. E o novo tem

que receber. É nova despesa.

Valor: A solução para isso parece ser difícil, não?

Coronel: O governo tem que rever toda a sua folha para ver se o que vai aposentar é mesmo necessário abrir um concurso para colocar outro no lugar. Às vezes, se aposentaram 10, mas com três pode resolver o problema. Nós estamos vivendo hoje o mundo da tecnologia. O governo deveria esperar a reforma administrativa para ver a real necessidade de ter mais gente trabalhando. Não dá para apresentar o remédio sem saber o diagnóstico.

Valor: Há um ruído na relação entre Senado e Fazenda?

Coronel: A verdade é que a Fazenda não dialoga. Ela manda alguns projetos para cá sem diálogo antecipado. Isso cria um clima ruim entre governo e Congresso Nacional.

Valor: O ministro Fernando Haddad disse que Pacheco não atendeu o telefone para comunicara indicação de Gabriel Galípolo ao BC.

Coronel: Da mesma forma que eu sou o relator do Orçamento e não fui convidado para fazer parte da comitiva que receberia a peça orçamentária, possivelmente o presidente Pacheco não foi **comunicado** que havia um nome para ser sabatinado.

Valor: Isso pode impactar na **reforma tributária**?

Coronel: Tem muita coisa que a gente precisa discutir. O presidente Rodrigo [Pacheco] já sinalizou que o governo deve recuar e retirar [a urgência]. Não sei se vai continuar essa queda de braço.

Valor: Sobre a sucessão no Senado, o PSD deveria ter candidato?

Coronel: Até então se fala no nome de Davi, mas também se ventila o nome de Otto Alencar (PSD). Vamos aguardar mais um período pela frente para ver como o governo vai se posicionar. No Senado, o candidato que o governo se posicionar favorável vai sair com vantagem. A eleição vai depender muito se é candidatura única ou se tem concorrente. Se forem dois governistas ou meio governistas, o governo pode cruzar os braços. O Davi me disse hoje, você é resistente, é o único que não está comigo. Eu não estou contra, eu quero ter uma candidatura do meu partido. Senão é União lá [na Câmara] e aqui. Que negócio é esse?

Valor: Quem deve ter papel decisivo nessa definição?

Coronel: Se a oposição sair unida, qualquer partido grande tem chance. Eles têm 30 integrantes.

"A Fazenda manda projeto para cá sem diálogo antecipado. Isso cria um clima ruim"

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187975?page=1§ion=1>

Custo Brasil volta a subir, mostra estudo

EDUARDO LAGUNA

O custo de produção da indústria brasileira voltou a subir e a se distanciar da média internacional, após um período no qual as contas das empresas foram aliviadas pelo ciclo de afrouxamento monetário que levou os juros de referência do País à sua mínima histórica.

A inflexão é apontada por um levantamento feito pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), obtido com exclusividade pelo Estadão/Broadcast, que estima em quanto o chamado Custo Brasil onera os produtos brasileiros frente a concorrentes do exterior.

Essa conta atingiu o pico de 35,9% na recessão econômica de 2015/2016, mas depois cedeu nos quatro anos seguintes, chegando a 17,3% em 2020, quando durante o enfrentamento da pandemia foram lançadas linhas de crédito emergenciais e a taxa básica de juros (Selic) caiu para 2%. Depois disso, o Custo Brasil voltou a subir para 17,8%, em 2021, e 20,9% em 2022 - último dado disponível.

O cálculo é uma medida dos custos da indústria brasileira - entre **impostos**, juros, insumos, logística e serviços - que superam os da concorrência internacional.

Apontado como o principal fator da perda de competitividade da indústria de transformação, o Custo Brasil independe das estratégias de cada empresa, pois decorre de deficiências sistêmicas, que só podem ser mitigadas com políticas de Estado.

Na média histórica, que pega um período de 15 anos até 2022, o Custo Brasil elevou em 24,1% os preços dos produtos da indústria brasileira.

Ou seja, as desvantagens do ambiente de negócios fazem um produto que custaria US\$ 100 ter um acréscimo de US\$ 24 quando fabricado no Brasil.

Para chegar a esse número, a Fiesp faz um exercício sobre quais seriam os custos de uma indústria com as características operacionais brasileiras se ela estivesse no exterior. A base de comparação usada pela entidade são os 15 países que mais exportam produtos industrializados para o Brasil - isto é, os que mais disputam espaço com as fábricas brasileiras no mercado doméstico -, incluindo China, EUA e Alemanha. Metade (51%) da diferença do custo de

produzir no Brasil em relação a outros países vem de **tributos**. Outros 23% são os juros mais altos pagos pelas empresas para obtenção de financiamento.

Comparação A base usada para o estudo são os 15 países que mais exportam produtos para o Brasil, incluindo os EUA

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Relator do Orçamento pretende discutir corte de despesas

Brasília - O relator do Orçamento de 2025, senador Angelo Coronel (PSD-BA), disse que ainda vai analisar a proposta enviada pelo governo (PLN 26/24), mas afirmou que não concorda com aumentos de **tributos** para que seja alcançada a meta de déficit zero. Ele disse que vai verificar a possibilidade de corte de despesas.

"A meta é possível, o déficit zero. Agora, não dá para fazer isso sacrificando quem gera emprego, que são os empresários, quem gera o imposto. Então, se o governo quer atingir o déficit zero, tem que cortar a despesa e não aumentar a carga tributária".

O governo previu alguns aumentos de **impostos** na proposta com o objetivo de compensar as perdas com a desoneração da folha de salários de alguns setores econômicos. Os técnicos da equipe econômica avaliam que as perdas podem chegar a R\$ 35 bilhões no ano.

Para o deputado Merlong Solano (PT-PI), o Orçamento de 2025 lida com problemas herdados do governo anterior como a suspensão do pagamento de precatórios e as reduções de ICMS que impactaram as finanças estaduais.

"Já está acontecendo um ajuste de grande magnitude. E o governo quer ir além, propondo esse déficit zero. Mas, obviamente, houve por parte do novo marco fiscal a sapiência, a inteligência de estabelecer as bandas. Pode ser um déficit de cerca de R\$ 30 bilhões ou um superávit de até R\$ 30 bilhões".

Merlong, que é membro da Comissão Mista de Orçamento, acredita que o governo está no caminho certo ao coibir a sonegação de **impostos** e ao cobrar do Congresso medidas que compensem as desonerações tributárias.

"Aqueles parlamentares que fazem diariamente o discurso do equilíbrio fiscal e que acusam o governo de ser um governo gastador, contraditoriamente votam a favor dessas medidas que implicam em renúncia fiscal, de um lado; e, às vezes, em aumento da despesa, sem a devida identificação da fonte de receita".

O deputado disse ainda que o espaço para investimentos no Orçamento é muito pequeno e o

Congresso vai precisar rever as emendas de comissões permanentes para que elas ocupem este espaço em obras estruturantes.

Merlong Solano concedeu entrevista ao programa Painel Eletrônico da Rádio Câmara.

Novidade - Uma novidade trazida pelo Ploa de 2025 é a previsão de todas as despesas para 2026. Com base nisso, os técnicos já estimam um crescimento das despesas primárias de R\$ 185,2 bilhões em 2026, sendo R\$ 66,6 bilhões em benefícios previdenciários.

Esse planejamento de médio prazo vai passar a integrar todos os orçamentos. O objetivo, segundo o secretário de Orçamento Federal, Clayton Montes, é trazer as programações para o ano seguinte e as projeções para os três anos depois deste. "A ideia é explicitar os efeitos futuros de decisões que forem tomadas no presente", explicou.

Para 2026, estão previstos R\$ 3,11 trilhões em despesas contra R\$ 2,93 bilhões de 2025, um aumento de 6,14%. As despesas discricionárias, ou não obrigatórias, sobem menos: 3,26%, chegando a R\$ 237,4 bilhões.

Receitas - O projeto detalha as despesas, mas não as receitas. A mensagem que acompanha a proposta de 2025 afirma, porém, que a programação pressupõe a suficiência de receitas primárias para alcançar a meta de resultado primário de 2026, que é um superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**). (Agência Câmara) %

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

Mercado já vê PIB de até 3% no ano e maior pressão sobre taxa de juros

LUIZ GUILHERME GERBELLI/SÃO PAULO e ALVARO GRIBEL e AMANDA PUPO/BRASÍLIA

Impulsionado pelos setores da indústria e de serviços, a economia brasileira continuou a mostrar força no segundo trimestre, com desempenho acima do esperado pelos analistas.

O Produto Interno Bruto (**PIB**) avançou 1,4% na comparação com os três primeiros meses deste ano e 3,3% ante o segundo trimestre de 2023. A mediana das projeções para a variação entre abril e junho era de 0,9%, segundo pesquisa do Projeções Broadcast.

Divulgado ontem pelo IBGE, o resultado levou a uma revisão de estimativas para o **PIB** no ano. Instituições como Citi e Goldman Sachs passaram a prever variação de até 3%. No BTG Pactual, a projeção passou de 2,4% para 2,7%, enquanto no Bradesco subiu de 2,3% para 2,6%. O Itaú fala em viés de alta para sua estimativa de 2,5%.

Por outro lado, o crescimento mais forte deve colocar mais pressão sobre o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que volta a se reunir neste mês para definir a nova taxa básica de juros. Com o ritmo do **PIB** mais forte do que o esperado e as projeções de **inflação** já distantes do centro da meta de 3%, os economistas afirmam que a tendência é de que o BC procure "esfriar" um pouco a economia, para que a **inflação** não fuja do controle.

"Isso vai demandar um esforço de decisão do BC. Provavelmente em torno de uma alta da Selic mais forte do que se imaginava", afirma Sergio Vale, economista-chefe da MB, citando ainda o impacto na **inflação** nos próximos meses com a mudança de bandeira tarifária de energia, para vermelha (o que implicará cobrança de taxa extra sobre as contas de luz).

"Hoje, a preocupação é a dosagem do crescimento econômico sem **inflação**", diz Alessandra Ribeiro, economista e sócia da consultoria Tendências.

"O mercado de trabalho está apertado, os setores estão reportando falta de mão de obra, os salários têm subido bastante e saiu de cena a deflação de bens. Estamos num contexto de mais dificuldade de garantia de que a tal da última milha na **inflação** ocorra."

Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, será o investimento que irá garantir o crescimento da economia com baixa **inflação**. "A indústria voltou forte, a FBCF (formação bruta de capital fixo, indicador da taxa de investimento) está correspondendo, veio acima das projeções, o que significa mais investimento. Temos de olhar muito para investimento porque é ele que garantirá crescimento com baixa **inflação**", disse ele.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Com taxa forte, País pode enfrentar desafio fiscal

ROBERTO PADOVANI

A divulgação do **PIB** do segundo trimestre conta várias histórias sobre o País. Desde 2020, o crescimento supera as estimativas.

Não está sendo diferente agora. Pelo quinto ano consecutivo, as boas surpresas nos dados do IBGE sugerem um voo de cruzeiro na casa dos 3%.

Erros sistemáticos são um sinal de que algo mudou e o passado deixou de ser uma referência segura para o futuro. E a história diferente no Brasil pós-pandemia pode estar na combinação de reformas econômicas com a força do setor exportador.

É possível que as amplas mudanças nas regras econômicas feitas entre 2016 e 2021 estejam produzindo efeitos positivos sobre a capacidade de o País crescer. Foram alterações capazes de atrair investimentos, reduzir o risco da economia e trazer maior estabilidade.

As reformas mostram que o País tem sido capaz de enfrentar suas crises e avançar. O novo desenho do sistema tributário poderá reforçar esse quadro.

O setor exportador também tem sido um destaque. O volume de exportações e importações como proporção do **PIB** mudou de patamar e reflete tanto o aumento da produção de petróleo quanto a elevada produtividade do agronegócio.

Questões conjunturais ajudam.

O primeiro semestre foi favorecido por estímulos fiscais e monetários, além de níveis historicamente baixos de desemprego.

O resultado é um ritmo de crescimento da renda que segue o padrão observado durante o último ciclo de commodities, permitindo sustentar a confiança de empresários e consumidores.

Somados, esses fatores não apenas fazem com que o crescimento seja mais forte, mas também que fique mais resistente a choques.

Com uma economia mais forte e resiliente, outros riscos podem ser descartados, como as crises

políticas e financeiras que costumam acompanhar as recessões.

Esse bom desempenho será importante a partir de agora.

Com uma economia mais robusta, o País poderá enfrentar melhor seus desafios - controlar a **inflação** e a dívida pública.

Com preferências políticas por mais despesa, espaço limitado para aumento da carga tributária, dificuldade em mudar a estrutura de gastos do Estado, incentivos para expansão fiscal dados pela competição eleitoral e fragilidade das regras fiscais, o endividamento do Estado deve manter sua trajetória de alta. O resultado serão juros elevados, crédito mais caro e menor espaço para avanço do consumo e do investimento.

A boa notícia é que, pelo menos, o ponto de partida será melhor.

Cenário

A história recente do País pós-pandemia reflete a combinação de reformas com a força das exportações

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Fazenda projeta PIB mais próximo de 2,9% no ano

I CÍCERO COTRIM

Com o forte avanço do **PIB** no segundo trimestre, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda informou ontem que deve aumentar sua projeção para o ritmo de crescimento da economia no ano de 2,5% para um nível próximo dos 2,9% registrados em 2023. "Prospectivamente, o ritmo de crescimento deve seguir acentuado, ainda guiado por impulsos vindos do mercado de trabalho aquecido e pelas melhores condições de crédito a famílias e empresas comparativamente ao ano anterior", afirmou a SPE, em nota.

O **PIB** brasileiro cresceu 1,4% no segundo trimestre, na comparação com o primeiro, mais do que indicava a mediana da pesquisa Projeções Broadcast, de 0,9%, e a projeção da própria secretaria, de 1,1%. Esse resultado vai representar um carregamento estatístico positivo de 2,5% - ou seja, significa que o **PIB** de 2024 crescerá 2,5% mesmo que fique estável nesta segunda metade do ano.

Segundo a SPE, os números indicam que os setores mais sensíveis ao ciclo de política monetária e crédito devem continuar direcionando o crescimento da economia, compensando parcialmente as expectativas de queda do **PIB** agropecuário, de desaceleração da produção extrativa e a menor contribuição do setor externo.

SELIC. Questionado sobre as avaliações de que o forte crescimento do **PIB** no segundo trimestre pode aumentar a pressão sobre o Banco Central na definição da taxa básica de juros, o secretário executivo da Fazenda, Dario Durigan, ressaltou o esforço feito para, segundo ele, dar credibilidade ao equilíbrio fiscal.

"É importante que a credibilidade fiscal e o equilíbrio fiscal que a gente tem buscado com tanta ênfase no Ministério da Fazenda deem condições para que o BC tome sua decisão, respeitada sua competência, observando a consolidação e o avanço fiscal do País", disse Durigan, em entrevista à CNN Brasil.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do BC volta a se reunir neste mês, e cresce a expectativa no mercado de que o colegiado aprovará alta entre 0,25 e 0,5 ponto porcentual para a Selic - que está hoje em

10,5% ao ano.

Estimativa 2,5% é a atual previsão da Secretaria de Política Econômica para o **PIB**

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Impacto da tragédia no Sul foi menor do que o previsto

(Vinicius Neder e Mayra Castro)

A agropecuária foi o único setor do **PIB** que sentiu de forma mais firme o impacto negativo das enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul entre abril e maio, o que pode ter contribuído para a surpresa positiva com a economia no segundo trimestre.

A agropecuária foi o único dos setores que ficou no negativo, com retração de 2,3% sobre o primeiro trimestre.

Segundo o IBGE, o impacto da tragédia na indústria e nos serviços foi limitado. Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do órgão, disse que também pode ter havido impacto positivo das medidas para mitigar o desastre e iniciar a reconstrução no consumo do governo, um dos componentes do **PIB**, que inclui os gastos públicos voltados para a prestação de serviços.

Ele avançou 1,3% ante o primeiro trimestre: -Com o passar do tempo, vai acabar impactando os investimentos. Se recursos do governo forem para obras de recuperação, aí tem a ver com o investimento. Então, pode ter tido influência no consumo do governo e também no investimento.

Esse efeito da reconstrução impulsionando os investimentos deve continuar neste terceiro trimestre.

Logo quando houve a tragédia, economistas projetaram um efeito negativo no segundo trimestre, mas, conforme os indicadores de atividade foram sendo divulgados mês a mês, o que se revelava era que esse impacto não havia sido tão grande quanto o esperado inicialmente.

A economia gaúcha responde por cerca de 6,5% do **PIB** nacional, segundo o IBGE. Além do impacto imediato sobre a produção agrícola, que acabou se confirmando, as chuvas e os alagamentos impediram as pessoas de consumir, interromperam a produção de fábricas e a prestação de serviços, provocando a perda de maquinário e estoques.

Inicialmente, havia também a expectativa de que as paradas de produção nas fabricas gaúchas afetassem outros estados, que dependem de insumos fabricados no Rio Grande do Sul. E o caso do setor automotivo,

com destaque para peças e componentes, da indústria moveleira e das confecções.

Rebeca destacou que as projeções mais pessimistas não se confirmaram, porque houve uma recuperação na economia gaúcha. Várias atividades da indústria e dos serviços despencaram em maio, mas se recuperaram em junho. Com isso, no saldo do segundo trimestre, o impacto acabou menor do que o esperado.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Analistas já projetam alta de 3% do PIB este ano

VINÍCIUS NEDER, MAYRA CASTRO E BERNARDO LIMA
economia@oglobo.com.br RIO E BRASÍLIA

A surpresa com crescimento de 1,4% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no segundo trimestre, bem acima da expectativa média de 0,9%, levou a uma série de revisões para cima nas projeções para o desempenho da economia este ano. Analistas de mercado esperam alta em torno de 3% e já há analista prevendo crescimento de 3,3%.

Segundo economistas ouvidos pelo GLOBO, o impulso que o **PIB** do segundo trimestre deixa para o resto do ano está entre 2,5% e 2,9%. Isso significa que, se o **PIB** não crescer nada no terceiro e no quarto trimestres, a alta anual, que leva em conta o desempenho da atividade econômica ao longo de todo o ano, já seria de pelo menos 2,5%. Como os economistas estão prevendo expansão nos próximos trimestres, a expansão seria maior que os 2,5%.

A equipe de economistas do Itaú esperava avanço de 1% no segundo trimestre, ante o primeiro. Com isso, o crescimento anual seria de 2,5%. Agora, nas contas da economista Julia Gottlieb, da equipe do banco, o desempenho do segundo trimestre já levaria a um avanço anual de 2,9%. Por isso, a tendência é de revisão para cima, embora o banco ainda não tenha atualizado os cálculos.

-Vemos uma desaceleração no segundo semestre, mas o viés é de revisar para cima-disse Julia.

GOVERNO REVISAR PARA 2,8% Após a divulgação dos números do **PIB**, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo também deve revisar as projeções de crescimento de 2024. Segundo ele, a equipe econômica espera que o **PIB** possa superar um avanço de até 2,8% neste ano: -A projeção da SPE (Secretaria de Política Econômica) que estava para ser atualizada, estava em 1,35%, então veio 1,4%, muito em linha com as projeções da SPE. Agora nós vamos provavelmente reestimar o **PIB** para o ano, que deve, pela força com que ele vem se desenvolvendo, superar em 2,7%, 2,8% e há instituições que já estão projetando um **PIB** superior a 3%.

O ministro disse ainda que um crescimento acima de 2,5% no ano pode levar a equipe econômica a revisar as receitas do Orçamento de 2025, mas que a decisão

ainda será analisada pelo governo: - Nós fechamos o Orçamento com um **PIB** estimado de 2,5%. Qualquer coisa para além disso vai se refletir no aumento de receitas, proveniente do crescimento orgânico da economia.

Daniel Xavier Francisco, do banco ABC Brasil, é um dos que estão estimando alta superior a 3%. A previsão é de 3,3% este ano. Estavam prevendo 2,5%, mas os novos números motivaram a correção de rumo.

Os economistas da ASA também projetavam um crescimento de 2,5% em 2024, antes dos números divulgados ontem pelo IBGE. Agora, já passaram para 3%, conforme relatório. Na mesma linha, a equipe da corretora e gestora Guide Investimentos escreveu que colocam "um forte viés altista na nossa projeção de crescimento, revisando preliminarmente de 2,2% para 2,9%".

O economista-chefe da gestora G5 Partners, Luis Otávio Leal, foi outro que revisou sua estimativa de crescimento anual para 2,7%, ante os 2,5% de antes, "com possível viés de alta, caso a atividade não apresente acomodação no segundo semestre".

Com os números bem mais fortes que o esperado, o economista Rafael Perez, da Suno Research, divulgou em relatório que também irá revisar para cima a projeção do **PIB**, que era de 2,5% e agora "deve ficar mais próximo de 3% este ano".

PRESSÃO NA INFLAÇÃO

Para os próximos trimestres, é esperada uma desaceleração no ritmo do crescimento, com uma perda natural de fôlego da demanda, que será arrefecida por alguns fatores, incluindo a política de juros.

"Olhando à frente, esperamos alguma moderação do crescimento na 2ª metade deste ano, para ao redor de + 0,4%", afirma Francisco, do banco ABC Brasil.

O encarecimento de energia, com fixação da bandeira vermelha 2 pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na semana passada, tende a reduzir o crescimento da indústria, diz o economista do banco. A construção civil também subiria menos com o

calendário eleitoral que restringe inaugurações durante da campanha.

Com o crescimento maior que o esperado, o Banco Central pode se ver pressionado a aumentar a taxa básica Selic (hoje em 10,5% ao ano), diante de projeções que colocam a **inflação** acima da meta.

"Com a bandeira vermelha afetando a conta de energia, o IPC A já chega a 4,5% este ano, considerando que a bandeira permaneça nesse patamar até o final do ano. Se adicionarmos a pressão de demanda que vem acelerando, o BC não terá alternativa a não ser subir os juros em setembro. A chance maior era de 0,25 (ponto percentual), mas a possibilidade de alta de 0,5 (ponto percentual) aumentou e deve se consolidar", diz o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale.

O banco ABC Brasil também elevou sua estimativa para a Selic ao fim de 2024, de manutenção da taxa em 10,5% ao ano para 11,25%.

Para o economista Alberto Ramos, do Goldman Sachs, não haverá outro caminho para o Banco Central ao não ser aumentar juros: "Os dados muito fortes de demanda doméstica de hoje aumentam significativamente as chances de um aumento de taxa na reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) de setembro. Em nossa avaliação, houve uma clara deterioração do cenário de **inflação** doméstica", disse em relatório.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Brasil fica na vice-liderança em ranking com 53 países

JOÃO SORIMANETO joao.sonma@sp.oglobo.com.br
SÃO PAULO

Com o crescimento de 1,4% do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro no segundo trimestre, o país ficou em segundo lugar num ranking entre 53 nações que já divulgaram o crescimento de suas economias no período, de acordo com a lista elaborada pela empresa de classificação de risco Austin Rating.

No topo do ranking aparece o Peru, com alta do **PIB** de 2,4% no segundo trimestre, seguido de Brasil, Arábia Saudita e Noruega, países que também cresceram 1,4% entre abril e junho. Na sequência, aparece a Irlanda, com expansão de 1,2%, seguida pela Holanda, com alta de 1%.

O Brasil também ficou à frente de países desenvolvidos, como Espanha e Japão, que cresceram 0,8% no segundo trimestre. Os EUA tiveram expansão de 0,7%, mesmo percentual da China. O Brasil ficou acima do avanço médio do grupo dos Brics, países em desenvolvimento, de 1,1%. O grupo reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PIB acima do previsto leva a onda de revisões para cima

Marsílea Gombata, Anais Fernandes e Marta Watanabe
De São Paulo

O desempenho da economia brasileira acima do previsto para o segundo trimestre levou a uma série de revisões das projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano.

Bancos como Citi Brasil, Barclays, Goldman Sachs, J.P. Morgan e consultorias e instituições financeiras revisaram a projeção de crescimento para a economia brasileira neste ano, após a divulgação dos dados do **PIB** pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O ABC Brasil revisou sua projeção de crescimento para 2024 de 2,6% para 3,3% "Nossa expectativa agora é de um crescimento da ordem de 3,3% neste ano. Desacelerando para mais próximo do potencial em 2025, com alta de 1,9%", afirmou o economista Daniel Xavier Francisco, em nota a clientes.

Com a surpresa do **PIB** no segundo trimestre, o J.P. Morgan atualizou a projeção de crescimento do **PIB** de 2024 de 2,9% para 3,2%, indicando que o crescimento deste ano será mais forte do que o do ano passado, mesmo que desta vez não tenha havido nenhum impulso vindo do setor agrícola.

Em boletim divulgado pelo banco, os economistas Vinícius Moreira e Cassiana Fernandez afirmaram que o desempenho econômico no primeiro semestre ficou bem acima de expectativas do banco.

À frente, esperam moderação no crescimento econômico, principalmente porque a maior parte dos efeitos de estímulos fiscais está perto de acabar.

Os bancos Goldman Sachs, Citi Brasil, B. Side, Pine recalibraram projeções de crescimento neste ano para 3%, assim como a ASA Investments e a Kinitro Capital.

O Citi elevou a projeção para 2024 de 2% para 3%, após a divulgação do resultado do segundo trimestre. A estimativa para 2025 também subiu de 1,5% para 2%.

Para a equipe do banco, o crescimento do **PIB** no segundo trimestre fortaleceu a visão de que a

demanda continua a crescer muito acima da oferta, dada estimativa de crescimento potencial do **PIB** de 1,5% a 2% ao ano, ante crescimento médio de 4,7%, anualizado, no primeiro semestre de 2024.

O Goldman Sachs também revisou sua projeção para o **PIB** do Brasil em 2024 de 2,5% para 3%.

Dinâmica doméstica

"A atividade se firmou ainda mais no segundo trimestre, impulsionada pela dinâmica demanda doméstica", afirmou Alberto Ramos, economista chefe para América Latina do banco, em relatório enviado a clientes.

Ele observou que, apenas com o resultado do segundo trimestre, se o **PIB** ficasse estagnado até o fim do ano, o crescimento da atividade econômica brasileira em 2024 já seria de 2,5%.

A B.Side elevou sua projeção de **PIB** para 2024 de 2,4% para 3%, assim como o banco Pine confirmou a projeção preliminar de crescimento em torno de 3% da economia brasileira neste ano. O relatório do banco destaca que a projeção está em linha com cenário do Pine "de que nos próximos um a três anos, a taxa de crescimento do **PIB** será maior do que a média dos últimos 40 anos".

O Barclays atualizou sua projeção de crescimento para 2,9% ante estimativa anterior de crescimento de 2,7% neste ano.

"Destacamos a força dos componentes da demanda doméstica, com forte crescimento no consumo privado e público, além do investimento, embora parcialmente apoiados por eventos pontuais - incluindo o pagamento de sentenças judiciais conhecidas como precatórios e o desembolso antecipado de vários benefícios sociais, bem como o apoio fiscal fornecido aos afetados por enchentes catastróficas no Sul no fim de abril e início de maio", disse o economista-chefe para Brasil do Barclays, Roberto Secemski, em relatório.

A Principal Claritas também subiu para 2,9% a estimativa de crescimento para 2024, ante 2,1% anteriormente.

"Para o segundo trimestre esperávamos alta de 0,6%, o consenso de mercado era de 0,9%, e veio 1,4%. Isso inegavelmente leva a revisões para o ano", afirma Marcela Rocha, economista-chefe da Principal Claritas. "Esses 2,9% consideram moderação da atividade ao longo do segundo semestre, depois de crescer 1% no primeiro trimestre e 1,4% agora. Para o terceiro trimestre, esperamos crescimento de 0,5%. Para o quarto, de 0,3%", disse.

A MB Associados passou a prever crescimento de 2,8% neste ano, ante 2,4% estimados antes.

Sérgio Vale, economista chefe da MB Associados, contudo, argumenta que o crescimento acelerado pressionará o Banco Central a rever a taxa de juros.

"Com a bandeira vermelha afetando a conta de energia, o IPCA já chega a 4,5% neste ano, considerando que a bandeira permaneça nesse patamar até o fim do ano. Se adicionarmos a pressão de demanda que vem acelerando, o BC não terá alternativa a não ser subir os juros em setembro. A chance maior era de 0,25 ponto percentual, mas a possibilidade de alta de 0,5 ponto percentual aumentou", disse.

Apesar do otimismo menor do que o de consultorias e instituições financeiras, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) também revisou sua projeção de crescimento do **PIB** neste ano de 2,3% para 2,7%.

A mudança, afirma Sílvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do FGV Ibre, é atribuída ao desempenho acima do previsto de atividades de construção e de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos.

A G5 Partners também recalibrou a projeção para o **PIB** neste ano para 2,7%, ante estimativa anterior de 2,5%. Em relatório, o economista-chefe da G5 Partners, Luis Otávio Leal, afirmou, no entanto, que a nova previsão tem "possível viés de alta, caso a atividade não apresente acomodação no segundo semestre".

A BRCG, por sua vez, revisou a estimativa de crescimento em 2024 de 2,3% para 2,6%.

"BC não terá alternativa a não ser subir os juros em setembro"

Sérgio Vale

"A atividade se firmou ainda mais no segundo trimestre"

Alberto Ramos

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187975?page=1§ion=1>

Ministros projetam crescimento maior

Jéssica Sant"Ana, Gabriela Pereira e Edna Simão De Brasília

Com o desempenho melhor do que o esperado para o resultado do **PIB** no segundo trimestre, os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento) disseram que a previsão do governo para o crescimento da economia vai subir. A Secretaria de Política Econômica (SPE) projeta avanço de 2,5% para a economia brasileira em 2024. A nova revisão sai até o dia 22 deste mês.

"Nós vamos provavelmente re-estimar o **PIB** para o ano, que deve, pela força com que ele vem se desenvolvendo, deve superar 2,7%, 2,8%, e há instituições que já estão projetando um **PIB** superior a 3%", disse Haddad. "O **PIB** do Segundo trimestre de 2024 surpreendeu com um crescimento de 3,3% em relação ao mesmo trimestre de 2023! A indústria, os serviços e o investimento foram os destaques. Esses resultados reforçam nossa expectativa de um crescimento próximo de 3% em 2024", escreveu Tebet na rede social Threads.

Em nota, a SPE reforçou que o ritmo de expansão continuará acentuado puxado por mercado de trabalho aquecido e melhoria das condições do crédito. No entanto, chama atenção que "incertezas para esse cenário estão relacionadas, principalmente, a decisões de política monetária, que podem prejudicar a recuperação do mercado de crédito". "Dessa maneira, a projeção do Ministério da Fazenda para o crescimento do **PIB** de 2024, atualmente em 2,5%, deverá ser revisada para cima."

Já o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, afirmou que o resultado do **PIB** do segundo trimestre foi muito importante considerando três aspectos: crescimento econômico, o comparativo com os demais países do G20 e a qualidade do crescimento.

"O resultado foi positivo sobre três aspectos: primeiro, o crescimento da economia, o mercado esperava 0,9% e cresceu 1,4%. O segundo comparativo foi com os demais países do G20, nós tivemos o terceiro maior crescimento entre todos os países do G20. E, finalmente, a qualidade do crescimento, o que cresceu mais foi a indústria, 1,8%, e investimentos, 2,1%", destacou Alckmin.

Haddad comentou que o resultado do **PIB** pode fazer

com que a equipe econômica reestime as projeções de receita do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, enviado na sexta-feira passada ao Congresso Nacional.

"Nós vamos analisar com calma a peça orçamentária, que está fechada com o que foi feito em julho, mas de julho para cá o **PIB** evoluiu mais do que nós imaginávamos na ocasião", disse. O PLOA 2025 foi feito com uma projeção de crescimento de 2,64% do **PIB**. "Qualquer coisa para além disso [2,64%] vai se refletir no aumento de receitas provenientes do crescimento orgânico da economia. Isso é muito bom", frisou o ministro.

Questionado se há uma preocupação de o crescimento da economia resultar numa pressão inflacionária, Haddad negou. "Se a demanda vier puxada pelo investimento, daqui para frente, é tudo que a gente quer. O crescimento com um investimento maior é a garantia de equilíbrio entre oferta e demanda."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187975?page=1§ion=1>

PIB per capita deve superar pico de 2 013

Lucianne Carneiro Do Rio

O Produto Interno Bruto (**PIB**) per capita subiu 1,34% no segundo trimestre de 2024, ante o trimestre anterior, após alta de 0,93% no primeiro trimestre, calcula a pesquisadora sênior de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) e coordenadora do Boletim Macro Ibre, Sílvia Matos. O resultado considera o avanço de 1,4% do **PIB**, descontado o aumento da população, e estima o **PIB** per capita em R\$ 52.453.

As contas incorporam também as novas projeções de população do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o período de 2000 a 2070, com ritmo mais lento de expansão populacional que o estimado anteriormente.

Com essa mudança na velocidade da transição demográfica e uma revisão para cima de sua projeção do **PIB** de 2024, a economista acredita que será possível ao fim deste ano, enfim, ultrapassar o nível de **PIB** per capita observado em 2013, antes da recessão brasileira dos anos de 2015 e 2016. Antes, sua expectativa é que esse patamar só fosse alcançado no fim de 2025.

"Com menos crescimento populacional, teve mais per capita por ano. Isso faz um **PIB** melhor também, um **PIB** mais forte. Então vai recuperar praticamente todas as perdas que teve em **PIB** per capita lá na grande recessão [2015 e 2016]. O ano deve fechar o ano com o **PIB** per capita acima do nível de 2013", afirma a economista.

O indicador de **PIB** per capita relaciona a riqueza de um país com o tamanho de sua população e pode ser considerada como uma medida de bem-estar. Funciona, principalmente, para comparar a situação de um país com os demais.

As novas estimativas do IBGE recalculam a trajetória da população desde o ano 2000. Com isso, Sílvia Matos também refez a série histórica do **PIB** per capita. Antes, a população crescia, em média, algo entre 0,6% e 0,7% ao ano. Agora, com as novas projeções, esse ritmo é menor, de 0,4% ao ano, uma diferença de 0,2 ponto percentual.

Esse ritmo diferente também altera o nível do **PIB** per capita. Antes, o valor era de R\$ 50,2 mil em 2023. Agora, subiu a R\$ 51,2 mil. Outra diferença é a alta acumulada no **PIB** per capita entre 1981 e 2023, que

era de 40% e subiu para 44% com o cálculo atualizado pelas novas projeções populacionais.

Apesar de parecer um resultado mais positivo, Sílvia Matos explica que o cenário ficou mais negativo, por causa da transição demográfica mais rápida e com menos gente em idade para trabalhar e contribuir para a economia do país.

"A foto é melhor, mas o filme é pior nesse sentido. A transição demográfica, o aumento populacional, olhando mais para frente, é mais assustador", diz.

Além do novo ritmo de transição demográfica, o cenário para o **PIB** per capita de Sílvia Matos também leva em consideração uma revisão para cima de sua projeção para o **PIB** de 2024 como um todo. Sua estimativa agora é de um crescimento de 2,7% do **PIB** este ano, acima dos 2,3% que previa anteriormente. Com isso, o **PIB** per capita fechará o ano 1,2% acima daquele observado ao fim de 2013.

Pelo cenário de **PIB** per capita traçado na divulgação das Contas Nacionais do primeiro trimestre, Matos estimava alta de 2% do **PIB** neste ano, o que significaria que o patamar de **PIB** per capita de 2013 só seria alcançado ao fim de 2025.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187975?page=1§ion=1>

Economia brasileira cresce 1,4% no 2º trimestre de 2024, diz IBGE

O Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil avançou 1,4% no segundo trimestre deste ano. O resultado veio em linha com as expectativas do mercado, que esperava um crescimento de 0,9% no período.

O resultado foi divulgado nesta terça-feira (3) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o instituto, os setores de Serviços (1,0%) e Indústria (1,8%) contribuíram para o dado positivo, ainda que a Agropecuária tenha recuado 2,3% no período.

Pela ótica da demanda, na mesma comparação, houve altas em três componentes: o Consumo das Famílias e o Consumo do Governo cresceram à mesma taxa (1,3%, ambos) e a Formação Bruta de Capital Fixo subiu 2,1%. Em valores correntes, o **PIB** totalizou R\$ 2,9 trilhões no trimestre.

A coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis, avalia que "com o fim do protagonismo da Agropecuária, a Indústria se destacou nesse trimestre, em especial na Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e na Construção".

O resultado do segundo trimestre foi o mais forte desde o quarto trimestre de 2020, período de recuperação da pandemia de Covid-19 quando o **PIB** cresceu 3,7% na comparação trimestral, e ficou acima da expectativa em pesquisa da Reuters de 0,9%.

Na comparação com o segundo trimestre de 2023, o **PIB** teve avanço de 3,3%, contra expectativa de 2,7%.

A economia brasileira vem apresentando ganhos graças a um mercado de trabalho aquecido, aumento da renda e **inflação** controlada, o que favorece o consumo.

No entanto, o Banco Central suspendeu o afrouxamento monetário, e a expectativa é de que a taxa básica de juros termine este ano no nível atual de 10,5%, com alguns economistas prevendo aumento. O próprio ministro da Fazenda, Fernando Haddad, alertou nesta manhã para o risco de pressões inflacionárias, frisando a necessidade de aumento da capacidade instalada em meio à aceleração da atividade.

Embora inundações no Rio Grande do Sul tenham afetado safras agrícolas, indústrias e a logística no Estado, resultados melhores do que o esperado das atividades destacaram a resiliência da atividade como um todo, com analistas avaliando que os impactos negativos foram menores que o esperado.

INDÚSTRIA E INVESTIMENTOS No segundo trimestre houve resultados positivos de forma generalizada.

No lado da produção, a indústria apresentou crescimento de 1,8%, deixando para trás o recuo de 0,1% nos três primeiros meses do ano.

"Com o fim do protagonismo da agropecuária, a indústria se destacou nesse trimestre, em especial na eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e na construção", disse Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE.

OS SERVIÇOS - setor que responde por cerca de 70% da economia do país - avançaram 1,0% no período, com desaceleração frente à alta de 1,4% de janeiro a março.

Somente a agropecuária ficou no vermelho, com um retração de 2,3% em relação ao primeiro trimestre, quando disparou 11,1%.

"Já era esperado desempenho ruim do agro este ano por conta de questões climáticas, e com a tragédia no Sul teve uma piora para a soja que é nossa principal lavoura", completou Palis.

Do lado das despesas, tanto o consumo das famílias quanto do governo tiveram alta de 1,3% no segundo trimestre. Em relação às famílias, houve perda de força depois de uma expansão de 2,5% no primeiro trimestre, mas os gastos do governo aumentaram ante uma alta de 0,1% no início do ano.

Já a Formação Bruta de Capital Fixo, uma medida de investimento, cresceu 2,1%, mantendo um ritmo forte embora abaixo dos 3,8% do primeiro trimestre e ainda 13,1% abaixo de seu pico.

"Vários fatores explicam esse salto do investimento: tem melhora na construção que gera renda e

emprego, e isso movimentará o mercado de trabalho; tem queda nos juros e estamos perto de período eleitoral, com obras que tem que ser feitas e antecipadas. Tem ainda programas do governo como PAC e outros que impulsionam a construção e consequentemente o investimento", disse Palis.

No que se refere ao setor externo, as exportações de bens e serviços tiveram desempenho positivo de 1,4%, enquanto as importações pesaram com alta de 7,6%, a mais intensa desde o primeiro trimestre de 2021.

O Ministério da Fazenda anunciou nesta manhã que sua projeção para o crescimento do **PIB** este ano, atualmente em 2,5%, deve ser revisada para cima. De acordo com Haddad, o desempenho do **PIB** deve superar 2,7% ou 2,8% em 2024.

A projeção atual do governo para o ano já é um pouco mais otimista que a do Banco Central, que previu em junho uma alta de 2,3% no **PIB** de 2024. O mercado espera um crescimento de 2,46%, segundo a mais recente pesquisa Focus do BC.

Site: https://agazetadoamapa.com.br/wp-content/uploads/2024/09/Jornal-A-Gazeta-AP-04-09-2024_.pdf

Custo Brasil: infraestrutura

Como mencionei na semana passada, visando explicar o que é e disseminar o conhecimento sobre o Custo Brasil, abordarei cada um dos doze itens que compõem o indicador em meus próximos artigos. Se você não sabe o que é o Custo Brasil, sugiro que leia o meu artigo da edição de quarta-feira passada, no qual falo sobre ele. Hoje, irei abordar o item 'dispor de infraestrutura'. Para chegar ao montante gasto a mais com infraestrutura no Brasil, quando comparado à média dos países da OCDE, são analisados os dados de custo e qualidade logística, regulação ambiental, capacidade da infraestrutura de telecomunicações, acesso à rede de saneamento e infraestrutura de mobilidade urbana. Vamos ao que importa: qual o preço que pagamos pela infraestrutura, muitas vezes precária, em nosso país? Entre R\$ 250 bilhões e R\$ 290 bilhões. Esse é o montante que acaba ficando pelo caminho devido aos problemas estruturais brasileiros. A título de comparação, o PIB do Uruguai em 2021 foi de R\$ 296 bilhões. Ou seja, é muito dinheiro! Ressalto que o meu objetivo com esse artigo não é criticar o governo A ou B, mas sim trazer luz aos problemas que enfrentamos e tentar despertar em você, que está lendo, um mínimo de incômodo para cobrar e buscar soluções. Os problemas enfrentados no Brasil quanto aos tópicos de infraestrutura analisados são de longa data e não surgiram apenas nos últimos anos. Para que sejam resolvidos, precisamos de um plano de ação estruturado, que atinja não apenas os grandes centros, mas, sobretudo, as regiões interioranas, onde muitas vezes a população não tem acesso a saneamento básico, por exemplo. Podemos tomar como exemplo o estado de Mato Grosso, que sofre, sobretudo, na época de escoamento da safra. Vemos as estradas lotadas de caminhões, o que encarece o transporte da produção, dos insumos necessários para a safra e produtos utilizados pelas indústrias e comércio, atrapalha o deslocamento da população matogrossense que precisa transitar entre municípios e aumenta o risco de acidentes. Preciso destacar que a logística do nosso estado melhorou nos últimos anos, se comparada à década passada, com a conclusão de rodovias e novas rotas de escoamento. No entanto, ainda temos muito a avançar nesse sentido. O setor produtivo brasileiro não pode continuar perdendo, em média, R\$ 270 bilhões devido à falta de infraestrutura. Destaco, mais uma vez, que esse indicador não impacta apenas a classe empresarial, mas a todos nós, já que esse custo poderia ser convertido em mais investimentos, empregos e renda. Poderia escrever várias páginas sobre esse tema e me aprofundar, por exemplo, na necessidade de investimentos em outros modais de

transporte no Brasil além do rodoviário. Contudo, finalizo este artigo com a afirmação de que resolver os desafios de infraestrutura, seja logístico, ambiental ou de acesso a serviços básicos pela população, é vital para que o país cresça de maneira justa e sustentável, impulsionando o crescimento econômico e melhorando

Brasil tem 2ª melhora econômica

PRODUTO INTERNO BRUTO

SÃO PAULO

Com o crescimento de 1.4% do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro no segundo trimestre do ano, o País ficou em segundo num ranking de 53 nações que já divulgaram o crescimento de suas economias, conforme a lista da empresa de classificação de risco Austin Rating.

O Brasil ficou à frente de países desenvolvidos, como Espanha e Japão, que cresceram 0,8%. Os Estados Unidos, maior economia do mundo, tiveram expansão de 0,7%, mesmo percentual da China.

O País ficou acima do crescimento médio dos 53 países do ranking, de 0,5%, e acima da expansão média do grupo dos Brics, países em desenvolvimento, cujas economias cresceram 1,1% no segundo trimestre. O grupo reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Outras nações, como Arábia Saudita e Irã, estão em adesão.

O mercado financeiro começou a revisar para cima as projeções para este ano. O Itaú Unibanco diz que o resultado é consequência da expansão dos gastos do setor público, do consumo das famílias e da recuperação dos investimentos.

Segundo Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating e responsável pelo ranking a economia está aquecida, o que é sinal positivo, mas combustível para aumento de juros. Pela ótica da demanda, o consumo do governo veio forte, indicando gastos altos.

"Um **PIB** mais forte impulsionado por componentes mais sensíveis ao ciclo monetário, como consumo das famílias, impõe pressão adicional ao Banco Central, que já vinha sinalizando a possibilidade de uma nova alta na taxa Selic", diz Helena Veronese, economista-chefe B.Side Investimentos, que revisou suas projeções para 3% no ano.

Analistas do Itaú destacam que "há viés de alta para a projeção de **PIB**", embora não tenham concluído a revisão. Já outras instituições divulgaram projeções.

Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, diz que a casa revisou seu número de 2,5% para 2,7%. O analista ressalta que "o crescimento econômico no Brasil está muito pautado nas atividades internas", corroborado pelo aumento de 7,6% das

importações.

Para ele, além do mercado de trabalho - o desemprego nas mínimas desde 2014 -, contribuíram "a retomada da confiança, o dinamismo do mercado de crédito, o aumento das transferências governamentais e os esforços para reconstruir o Rio Grande do Sul".

Leonardo Costa, economista do ASA, avisa que a casa revisou as contas de forma preliminar, partindo de 2,5% para algo entre 3% e 3,5% em 2024. O **PIB** de 2025 é projetado em 5%, mas com viés de alta.

MOVIMENTAÇÃO de consumidores em shopping center: comércio foi um dos destaques na economia brasileira

Indústria cresce, e agro tem queda

O Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil teve impulso do setor de serviços (1%) e da indústria (1,8%) no segundo trimestre, enquanto a agropecuária teve queda (-2,3%).

O setor de serviços é o maior empregador do País. Com a alta de 1%, após avanço de 1,4% no primeiro trimestre, o segmento renovou o maior patamar da série histórica do IBGE, iniciada em 1996.

Analistas dizem que o consumo de serviços e bens industriais teve ajuda de fatores como o aumento da renda no segundo trimestre. O mercado de trabalho aquecido e as transferências governamentais estariam por trás desse movimento.

O presidente Lula classificou o crescimento da atividade econômica como "notícia boa" e destacou o aumento dos postos de trabalho e do consumo das famílias.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que um crescimento acima do esperado da economia brasileira pode, inclusive, impactar os cálculos do Orçamento 2025. "Nós vamos analisar com calma. A peça orçamentária está fechada com o que foi feito em julho. Mas de junho para cá, o **PIB** evoluiu mais do que nós imaginávamos na ocasião", afirmou.

O **PIB** é a soma das riquezas produzidas pelo País. O dado foi divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e compara o período de abril a junho com o trimestre anterior.

MELHORES RESULTADOS

PAIS PIB*

1o Peru 2,4%

2o Brasil. Arábia Saudita. 14%

Noruega

3o Irlanda 12%

4o Holanda 1%

5o Indonésia 0.9%

6o Croácia. Espanha. 0.8%

Japão. Sérvia. Tailândia

7o China. Chipre. EUA. 0.7%

Malásia c Lituânia

8o Dinamarca c Reino 0.6%

Unido

9o Bulgária. Canadá, 0,5%

Filipinas e Polônia

10o Cingapura. Eslováquia. 0.4%

Islândia. Hong Kong

Obs': melhora no 2o ante o 1o trimestre FONTE:
AUSTIN RATING

DETALHES

Serviços

ATIVIDADES financeiras, seguros e serviços relacionados (2%), informação e comunicação (1,7%), comércio (1.4%), transporte, armazenagem e correio (1.3%) foram os melhores desempenhos.

Indústria

ELETRICIDADE gás, água, esgoto e gestão de resíduos (4,2%), cons-

trução (3,5%) e indústrias de transformação (1,8%) tiveram altas. Houve queda de 4.4% no ramo extrativo.

Agropecuária

TEVE QUEDA de 2,3% após problemas climáticos, como ondas de calor e enchentes no Rio Grande do Sul.

Fonte: IBGE.

Resultado é positivo, mas ainda 'há desafios'

Brasília - O resultado do Produto Interno Bruto (**PIB**) no segundo trimestre reforça não só a aceleração do ritmo de crescimento como também a qualidade desse avanço, avaliou o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, que prevê alta de 3% para o **PIB** no final deste ano, o que significaria resultado pouco abaixo dos 3,3% apurados no segundo trimestre na leitura anual.

"A **inflação** segue dentro da meta, melhoramos as finanças públicas e, mais importante, temos o melhor volume de trabalhadores empregados desde 2012", assinalou. Os maiores desafios, ponderou Mercadante, seguem sendo as restrições fiscais e a taxa de juros, esta entre as mais altas do mundo, hoje em 10,5% ao ano. "A requalificação das bases da política monetária, com medidas mais fortes e persistentes de desindexação da economia e sua interface com a continuidade do esforço de mais qualidade na política fiscal seguem como grandes desafios para a retomada acelerada do crescimento sustentável", reiterou.

"O que não se pode repetir são equívocos do passado recente, quando houve elevação da taxa básica interna e o Fed ("BC" dos EUA) estava baixando os juros, o que promoveu uma apreciação forte do câmbio, deteriorou as finanças públicas e interrompeu a trajetória de crescimento", avaliou.

"Pelo lado da oferta, embora a agricultura e a indústria extrativa, importantes subsetores de nossa economia, tenham decrescido, todos os demais subsetores se expandiram", ressaltou o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan.

Ele igualmente enfatizou que a Fazenda "está confiante de que o trabalho do governo na consolidação fiscal, na melhoria do ambiente de negócios, na sustentabilidade ambiental e na retomada das políticas sociais foram cruciais" para os resultados.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11195>